

ASSIMETRIAS DOS SISTEMAS COERCITIVOS EM UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR

EDER ALEXANDRE MARTINS *

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende demonstrar, através da extração de parte de entrevista realizada com José dos Reis Garcia, irregularidades, fissuras e excepcionalidades, presentes nos interrogatórios e práticas prisionais, a que foram submetidos, pelo aparato coercitivo do Estado brasileiro, presos políticos, no Paraná, durante a primeira década da Ditadura Militar, que deteve o poder de estado no Brasil entre 1964 e 1984. Militante do PCB, de 1964 a 1967 e dirigente do PCBR entre 1967 e 1984, Garcia teve participação ativa na organização da resistência á Ditadura em Curitiba, militou no movimento universitário, sindical e participou do planejamento e execução de ações armadas na segunda metade da década de 1960. Funcionário, concursado, do Banco do Brasil, foi preso em duas ocasiões, 1964, quando libertado após interrogatório, e 1969, então submetido a dois períodos de tortura e inquisição diversos. Foi condenado a seis meses de prisão por distribuir panfletos contra o regime, há um ano e meio pela organização do PCBR e há dois anos pela participação na fuga do prisioneiro político Jéferson de Alencar Cardin do Regimento de Obuses de Curitiba, perfazendo uma pena de quatro anos, integralmente cumprida.

A longa entrevista que recolhi com ele, e a série de documentos que guardou, permitem a análise, de um ponto de vista que me parece fecundo, de características da realidade política brasileira e da configuração orgânica de parte dos setores de esquerda, que agiram na história do país nos últimos quarenta anos. Um dos elementos mais promissores do depoimento é a possibilidade de perceber diferenças e regularidades entre os métodos e práticas, investigativas e prisionais, utilizados em Curitiba, pelo exército, e os mais gerais do sistema repressivo nacional. A entrevista é rica na demonstração de variações, condicionadas por elementos temporais e geográficos, das práticas próprias da estrutura repressiva urdida pelos militares para desarticular os focos de resistência ao Estado.

* Graduado em História pela Universidade Regional de Blumenau - FURB.

Ao mesmo tempo em que expõe uma prática diversa, possível em determinado tempo e espaço, à trajetória também demonstra como contingências, materialidades e grandes movimentos de determinado período histórico condicionam violentamente a ação do personagem. Transcrevo e analiso, a seguir, partes da entrevista que relatam as duas prisões e o período de detenção entre 1969 e 1974, tentando extrair delas elementos que clarifiquem as formas pelas quais Garcia foi atingido pela violência de Estado.

PRISÕES, TORTURAS E VARIAÇÕES.

Em primeiro de abril de 1964, dia do golpe¹ deflagrado pelas Forças Armadas contra o governo de João Goulart, no Banco do Brasil de Foz do Iguaçu, pela manhã, a primeira prisão. Garcia foi levado para o quartel do Exército local onde interrogado, durante todo o dia, sobre suas ligações com o PCB. Era ainda um militante jovem e suas atividades resumiam-se a distribuição dos jornais do PCB.

Do banco eu fui preso, fui lá pro quartel, mas eles estavam com medo, aquilo lá foi um refresco pra mim, depois que eu lembrei do que eu passei na outra prisão eu pensei, bem aquilo lá foi um passeio. E foi realmente, porque eu não fiquei nem um dia, nem um dia e eles me soltaram. Mas me interrogaram durante o dia todo. Porque eu era, e realmente eu era amigo do Amauri Silva, que era ministro do Trabalho, e porque eu era comunista e distribuía o jornal. Se eu tinha ligação com esse e aquele, porque eu distribuía o jornal, porque eu era comunista (GARCIA, 2008).

Embora tivesse participado da Campanha da Legalidade, promovida por Brizola², - o único movimento popular de envergadura de qual tomara parte até o

¹ No primeiro dia de abril de 1964, as tensões presentes na experiência da democracia populista brasileira eclodiram tragicamente através de um Golpe de Estado liderado pelo exército brasileiro e apoiado pelos EUA. Alegando que as ações do governo, principalmente as propostas nas Reformas de Base, e o aquecimento da organização popular, representavam um risco contra a ordem social, e apontando o comunismo e seus representantes como um perigo imediato para a paz e prosperidade do País, os militares deram início a um regime autoritário que durou quase vinte anos. Neste período, entre outras coisas, as liberdades políticas e individuais foram dura e progressivamente reprimidas, os instrumentos da ainda frágil democracia nacional suspensos, centenas de entidades populares fechadas, mandatos eletivos caçados e milhares de pessoas presas, torturadas e assassinadas.

² Leonel de Moura Brizola, gaúcho de Carazinho, foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual, Governador do Rio Grande do Sul, e do Rio de Janeiro por duas vezes, elegeu-se deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e pelo RS. Quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, era governador do RS e liderou a Campanha da Legalidade, movimento que evitou um golpe do Exército para impedir a assunção do vice João Goulart.

momento fora uma manifestação contra o governo de Nei Braga³, na reivindicação de energia elétrica para a cidade-, não era considerado um militante perigoso e foi liberado após um longo, mas ainda relativamente civilizado, interrogatório. De qualquer forma, a brandura deste primeiro momento fala menos sobre a organização dos militares do que o fato de que um militante ainda de expressão reduzida no movimento comunista, numa cidade sem importância tática imediata, já estava mapeado e foi localizado e submetido a interrogatório imediatamente no dia do golpe.

A militância continuou em Foz do Iguaçu, agora com mais cuidado, até 1966. Como os comunistas da cidade eram poucos, conhecidos e vigiados, os membros do Exército se sentiam no controle da situação, o que ironicamente resguardou Garcia de maiores desconfortos até o retorno para Curitiba. O período entre 1964 e 1968 ainda foi de vacilação entre os militares:

O embate entre as duas correntes duraria os quase vinte anos do regime militar e, no revezamento entre moderados e radicais no poder, só uma coisa era certa: a perseguição aos subversivos.

Num primeiro momento, venceram os moderados, muito em consequência do apoio que receberam da maioria das lideranças civis que haviam apoiado o golpe – e que obviamente estavam interessadas em que a ditadura durasse pouco, pois eles também queriam chegar ao poder e, de preferência, num futuro não muito distante. (FIGUEIREDO, 2005:121-122).

A diversidade de posições dentro das Forças Armadas não permitiu uma prática totalmente coesa nem a adoção imediata de uma racionalidade geral para o corpo da Instituição. A linha mais agressiva já dispunha de grande influência, mas não era, ainda, completamente dominante, como foi no período após 1968. Esta lacuna produz, além da diversidade de práticas, uma vacilação maior na utilização irrestrita da violência. No caso que analiso, a pouca expressão da cidade corrobora para uma prática mais permissiva. Segundo o entrevistado, “no interior eles controlavam a situação, havia um ou dois, eles ficavam de olho, e acabou não havia necessidade de [...]” (GARCIA, 2008). Neste momento Garcia fez uma pausa e compreendi que a correlação de forças no local permitiu aos órgãos repressivos se dar o luxo de manter comunistas conhecidos em liberdade.

³ Ney Aminthas de Barros Braga, paranaense, advogado e militar, era prefeito de Curitiba, à época, pelo PSP.

Em 1966 Garcia obteve transferência para o Banco do Brasil de Curitiba e ingressou na faculdade de direito. Em 1967, diante do estrangulamento dos espaços democráticos, a opção pelo PCBR, pela resistência em armas ao regime e por uma vida dupla, como funcionário do banco e como organizador do partido em Curitiba. Durante o planejamento de um assalto a agência do Banco do Brasil de Telêmaco e Borba, cidade do interior do Paraná, visando obter recursos para a montagem de um núcleo guerrilheiro rural, Garcia é delatado pelo padrinho de sua filha. Notou que era seguido pelos agentes da ditadura e nos quinze dias posteriores realizou normalmente suas atividades legais, faculdade de Direito pela manhã e trabalho no Banco do Brasil de tarde. No dia 14 de abril de 1969, às 12 horas, quando chegou ao banco, aconteceu a segunda prisão.

Sentei na mesa e já veio um funcionário: “Olha, o subgerente lá quer falar contigo”. Quando eu cheguei tava lá a Polícia Federal, se identificaram e disseram, “ó queríamos que nos acompanhasse até a Polícia Federal, não é nada não, e só não sei o quê...” Aí eu pensei, pronto, caí do cavalo! E não deu outra. Me levaram. Aí já cheguei lá e caí no pau. Imediatamente. Não teve conversa pra boi dormir. Dentro da sede da Polícia Federal. O delegado já chegou lá e disse, “ó....”. Eram uns caras de Invernada do Olaria, do Rio, bandidos, eram uns caras da polícia federal bandidos, a Polícia Federal agora tem formação, tudo, não é, não naquele tempo, eram uns caras do DOPS, bem bagaceira. Fui chegando, o negócio deles era pegar a maquininha, bem enferrujada e pau na goiabeira. Cheguei apanhando já. Não teve erro. Os policiais me colocaram num pau-de-arara, aplicaram choques elétricos com uma máquina de manivela e realizaram sessões de afogamento num balde d’água. Foram vários dias de tortura. E aí os companheiros se mandaram tudo. Nem precisava ter se mandado que eles podiam agüentar ali que [...] Mas eles lá iam saber disso. Se mandaram. Mais aí eu inventei coisas, aí eles vieram. Inventei o nome de uma organização, a 26 de março, e a figura de Pedro Salles. Aí eu dei o que eles tinham (GARCIA, 2008).

Os métodos utilizados no interrogatório, na tortura, e os resultados obtidos indicam duas coisas. A primeira é que ainda não se tratava de uma estrutura especializada em obter informações sobre a guerrilha. A segunda, que os interrogadores subestimavam o nível de envolvimento e participação do interrogado na luta armada. O interrogatório é violento embora só lide com métodos que já eram clássicos da brutalidade policial cotidiana, o que o compromete é o fato de que ele aceita, com relativa credulidade, as informações que são dadas pelo torturado. A metodologia, neste momento, se resumia a brutalidade física que era corriqueira do interrogatório de presos comuns. As ferramentas e os homens que as aplicavam não estavam prontos, ainda, para lidar com jovens engajados e sagazes. O complexo sistema material, metodológico e

psicológico que caracterizou a tortura brasileira no auge de sua cientificidade ainda não estava presente.

Contribuiu neste quadro o fato de que a única coisa sabida pela ditadura era que Garcia, um jovem estudante de Direito, como muitos que estavam presos, e tinha planejado assaltar um banco. Seu envolvimento na operação que libertou Cardim ainda não era de conhecimento do Exército. O amadorismo e a pouca capacidade, metodológica e intelectual, de quem o interrogava, neste caso o Capitão José Fernando de Vasconcelos Krüger, aliados a um palpite de estar lidando com um quadro sem importância, fizeram com que os torturadores aceitassem a história de que Garcia pertencia a um grupo de estudantes, imaginário, chamado 26 de março, que não tinha nenhum envolvimento mais orgânico com o PCBR, e os colocou no enalço de uma ficção de nome Pedro Salles.

Aí eu inventei o Pedro Sales. Me deram umas porradas. Me levaram em São Paulo pra identificar um Pedro Sales em quem eles já tinham batido um monte, e depois outro em Maringá. Eu criei uma descrição física do cara na qual, no fim, até eu acreditava. Acabei acreditando que o Pedro Sales existia. E eu fiquei chutando isso aí. (GARCIA, 2008).

Após o período de interrogatório na sede da Polícia Federal, Garcia foi transferido para o lugar onde cumpriu a maior parte de sua pena final de quatro anos, o Presídio do Ahu, em Curitiba. Aqui, novamente, uma situação atípica. O presídio era um espaço de detenção de presos comuns e de estudantes envolvidos em movimentos que contestavam o regime. O lugar não era próprio para abrigar um membro da luta armada sob processo de investigação. O primeiro problema diz respeito ao acesso, do prisioneiro, a pessoas, informações e objetos que comumente foram vetados a guerrilheiros presos. Além de poder conversar todos os dias, embora por pequenos períodos, com estudantes, que também estavam lá, Garcia teve acesso a jornais, revistas, cobertores e recebia informações do lado de fora, embora sua prisão não fosse reconhecida pela ditadura posto que não quisessem lhe permitir a tentativa de um *habeas corpus*. Prisioneiros que recebiam visitas, ou seja, tinham contato com o lado de fora, viam-no e conversavam com ele diariamente. Reuniões do PCBR e dos demais membros da esquerda aconteciam regularmente e a esta vivência política se somava uma rede de solidariedade a qual Garcia tinha acesso:

O Romeu, o Vitório, o Mauro e o Olien eram o PCBR que tava lá dentro, e o Marco Antônio Nascimento. Então nós fizemos lá nossa base do PCBR onde a gente discutia, tomava as decisões da organização lá dentro. A ditadura sabia que eles eram do PCBR mas não sabia que tinham ligações comigo, que eles não sabiam que era do PCBR. A detenção deles era mais branda, porque eram só estudantes. Eu ficava separado porque era da luta armada, mas durante o dia e nos banhos de sol eu conversava com eles a vontade (GARCIA, 2008).

Outra situação incomum criada pelo espaço é que embora fosse levado para outros locais para ser torturado, Centro de Inteligência da Marinha, Quartel de Obuses, Quartel General da 5ª Região Militar, após as sessões do brutal interrogatório era devolvido ao presídio, e aos demais presos, com várias marcas visíveis da tortura. Não existe aqui, ainda, uma preocupação com o sigilo a respeito da violência.

Viaturas militares iam à prisão do Ahu e levavam Garcia à Polícia do Exército na Praça Rui Barbosa e ao Quartel do Boqueirão – 2º do 5º Regimento de Obuses 105 – onde ele várias vezes foi torturado pelo então capitão Fernando José Vasconcelos Krüger, que era encarregado do inquérito e pelo sargento Bruno Goerisch (HELLER, 1988:266).

Estas excepcionalidades não falam somente dos tempos da ditadura, mas também de sua geopolítica. Curitiba não era, neste momento, um dos focos principais da ação da inteligência do sistema repressivo. O número de ações armadas não era significativo, se comparado ao Rio ou São Paulo, e as relações da esquerda local com grupos da luta armada nacional estavam pouco elucidadas. Foi “aí quando começou a aliviar o pau, quando eles se convenceram “não, então não têm nada mesmo. É só esse grupo 26 de março que não existe. Essa porra ninguém acha ninguém!” (GARCIA, 2008).

Em janeiro de 1970, quando as coisas estavam mais tranquilas na prisão, caem vários membros do CC do PCBR. A partir de 12 de janeiro de 1970 tem início uma série de prisões e assassinatos que dizimam o núcleo central nacional do PCBR. Entre os presos estão Apolônio de Carvalho, Miguel Batista, Mário Alves e dois líderes estudantis que conheciam toda a estrutura do Partido no Paraná. A tortura das lideranças paranaenses deu a ditadura informações que não só alertavam para a existência de uma estrutura revolucionária articulada no Paraná como já apresentavam um mapeamento de nomes, aparelhos e funções. Rapidamente todos os dirigentes do estado, incluindo os que tinham sido enviados para substituir Garcia na organização, foram presos e interrogados, agora com métodos mais funcionais.

Em janeiro de 70, caíram o Apolônio, membros do Comitê Central e também os companheiros que tinham todos os contatos de Curitiba. Aí eles vieram em Curitiba e prenderam os que não tinham fugido quando eu caí. Os que acreditaram que eu não ia falar se foderam. E aí era eu. “Olha é o Garcia”. Todos eles, companheiros meus, disseram “ó quem me entregou as coisas foi o Garcia”. “Quem me passou os documentos foi o Garcia” Aí eu me ferrei. (GARCIA, 2008).

As informações obtidas através da tortura desta nova leva de militantes recolocam Garcia como um dos centros de atenção dos interrogadores. Vários dos membros do PCBR presos admitem sua participação na organização do partido e indicam Garcia como um dos principais organizadores e contato de grande parte dos militantes. Vem à tona a participação na libertação de Jeferson Cardim e fica claro determinado protagonismo na articulação do Partido no Paraná. Abriu-se aqui um novo inquérito contra o entrevistado que resultará em dois novos processos, agora pela libertação de Cardim e pela organização do PCBR no Paraná, e interrogatórios incrivelmente brutais e longos que se tornarão mais agressivos na medida em que vai ficando claro que o interrogado se nega a prestar informações que tenham utilidade. Embora se mantenha interrogatório mantenha determinado foco, conseguir novas informações que levassem a mais prisões e desarticulação de estruturas da luta armada pesavam outros desejos por parte dos interrogadores: utilizar Garcia para confirmar as várias confissões obtidas dos demais guerrilheiros e vingar-se de um silêncio e um engodo que garantiram a sobrevivência, por um determinado tempo, das estruturas do PCBR no Estado do Paraná.

O primeiro semestre de 1970 é marcado por torturas inenarráveis, a maior parte delas realizadas na Polícia do Exército, na Praça Rui Barbosa, e no Quartel do Boqueirão. É um período em que sessões de tortura individuais são intercaladas com acareações em que, um, alguns, ou todos são torturados. Alguns dos militantes que caíram no começo de 1970 são torturados na frente do entrevistado, por vezes fazendo afirmações verdadeiras sobre a luta armada que contradiziam com as falsas informações arrancadas de Garcia.

Sessões de tortura eram agora munidas de alguns métodos que constituíam um híbrido da antiga violência policial com os novos saberes construídos pelo Exército brasileiro, após os enfrentamentos iniciais com a guerrilha. A dor se mesclava com uma sensação profunda de impotência diante de um torturador que dispunha, agora,

irrestritamente do corpo do torturado. Além dos métodos estarem aperfeiçoados, a hegemonia obtida pela linha mais dura do Exército, principalmente com a edição do AI5 e com a assunção de Emílio Garrastazu Médici, permitiu levar a tortura até o limite da morte, autorizando a violência total contra o corpo do inimigo.

O Congresso é reaberto apenas para referendar o nome do general Emílio Garrastazu Médici, indicado para a presidência da República, após uma luta surda nos quartéis. Sob o lema de “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto da repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolveu-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina (BRASIL: nunca mais, 1989:63).

Diante de um cenário deste, as condições de resistir excedem o exigível de um militante no compromisso com os seus. Falar sob tortura não representou, nestas condições, rigorosamente, um ato de traição e não depõe contra o caráter de quem o tenha feito. Embora isto de forma alguma represente qualquer tentativa de constrangimento a quem falou as experiências dos que não falaram merece no mínimo seu registro. O não falar ou, seu equivalente na tortura, não fornecer informações úteis ao inimigo, cria uma contradição interna no sistema e no método de interrogatório. Quem não falou deslegitimou o sistema, não só em sua natureza política, na condenação da qual pesam de igual forma todos os que sofreram violência de Estado, mas em sua dimensão lógica. Um sistema investigativo que viola quase todos os direitos fundamentais que são garantidos pela civilização de seu tempo só se justifica no campo dos resultados imediatos. A violência é instrumental e só faz sentido, inclusive para quem a organiza, na proporção em que obtém resultados. O que não fala faz da tortura um mau negócio, caro, sujo, difícil de esconder e de resultados ruins. É sabido que, no caso da ditadura brasileira os resultados gerais mostram um sistema que atinge os objetivos desejados, ou seja, mesmo que injustificável sob todos os pontos de vista minimamente comprometidos com a espécie humana é inegável que ele funcionou. De qualquer forma, vale ressaltar, não com todos. Se isto nada fala sobre a falibilidade dos homens, muito elucida sobre a dos sistemas coercitivos.

Ao final de 1970, o PCBR do Paraná estava desmontado, praticamente todos seus principais militantes tinham sido detidos e torturados e as confissões permitiam remontar com facilidade todas as estruturas e ações que existiram. Começou, para

Garcia, a fase do julgamento e condenação. Ele agora era acusado por planejamento de assalto a banco, por distribuir folhetos contra o general Costa e Silva, pela ação de libertação de Cardin, e pela organização do PCBR no Paraná. Havia também dois IPMs por tentativas frustradas de fuga do Ahu, que foram arquivadas. O promotor, colega de faculdade de Garcia, pediu uma pena de 45 anos. No processo, articulou-se uma rede de solidariedade que inclui professores da Universidade, algumas figuras públicas e, inclusive, um abaixo-assinado organizado por freiras que trabalhavam com Garcia nas reivindicações da comunidade de Nossa Senhora da Luz.

Da primeira acusação, por absurda que fosse, visto que a execução do assalto, de forma alguma seu planejamento, é que constitui um crime, foi absolvido. Foi condenado a seis meses de prisão pelos panfletos, há um ano e meio pela organização do PCBR e há dois anos pela libertação de Cardin, perfazendo uma pena de quatro anos.

A detenção em Curitiba durou até abril de 1972, quando Garcia obteve sua transferência para a delegacia de polícia de Blumenau, em Santa Catarina. É preciso salientar que o que mais caracterizou o período de prisão de Garcia em Curitiba não foram de forma alguma os processos de coerção a que foi submetido e nem sua postura diante deles. A experiência do Ahu é interessante no sentido de que demonstra a possibilidade da permanência de uma intensa atividade política. O contato, excepcional, com os outros presos, a convivência, estranhamente permitida, entre vários militantes de correntes diferentes e o acesso a informações, inclusos jornais e revistas, permitiram uma vivência política efervescente entre os presos. Uma boa parte das memórias do entrevistado, e um arquivo documental repleto de textos políticos e recortes da grande imprensa, falam das possibilidades postas e de seu aproveitamento pelos encarcerados.

Nós fazíamos cachaça com abacaxi. A cadeia era assim, é claro que você tinha a pressão, mas você tinha os momentos de lazer. Eu jogava futebol, num quadrado lá, eu jogava futebol de salão e tal. Eu vinha da tortura os companheiros diziam “Ai, vai descansar!” Eu dizia, não, eu quero jogar uma bola, uma coisa pra.... pra tirar da cabeça que no outro dia os caras iam fazer de novo. A cadeia era isso e também as nossas relações com a corrupção policial, pra obter coisas. A gente tinha um setor que trabalhava muito com os presos comuns, a gente discutia muito. Nós conversávamos muito com os presos, a turma dava aula, ajudava. Era uma relação interessante do ponto de vista de você estar um período preso e aproveitar de forma produtiva (GARCIA, 2008).

Os presos políticos tinham a oportunidade de dar aulas aos presos comuns, de realizar reuniões, inclusive pluripartidárias, de ler e arquivar jornais e revistas e de

portar objetos e documentos incomuns para as práticas carcerárias reservadas aos inimigos do Estado. A baixa periculosidade da média dos detidos, o alto grau de arrefecimento nos ímpetos revolucionários, que a ofensiva da ditadura gerou, o fato de Curitiba estar fora do epicentro da ocorrência da luta armada, a própria composição societária do conjunto dos detidos, ou presos comuns ou militantes do movimento estudantil, e a separação física dos espaços de detenção e tortura, parecem ter proporcionado um ambiente prisional mais permissivo do que o próprio da Ditadura Militar Brasileira. Nada existe de bizarro neste ambiente. Ele de determinada forma coaduna seus níveis de pressão, material e psicológica, de acordo com a periculosidade dos que detém. O inusitado da situação se dá pela utilização deste espaço, também, para a detenção de prisioneiros que estão submetidos sistematicamente à tortura e teoricamente mais perigosos. Não creio que tratemos, aqui, de uma situação criada pela ausência de estruturas apropriadas, considerando as instalações pertencentes às forças armadas em Curitiba e integralmente disponíveis ao sistema repressivo. O que me parece ter acontecido é uma dupla subestimação ou a aceitação de determinado grau de risco.

A primeira indicaria que, por conta de seu distanciamento das estruturas repressivas mais profissionalizadas, Rio, São Paulo, Nordeste, o sistema investigativo de Curitiba representou afinal uma imitação caricata da das grandes metrópoles e não foi capaz de identificar Garcia como um militante comprometido, em níveis organizacionais, com a execução de operações armadas e subestimou suas possibilidades de ação a partir da prisão do Ahu. A segunda nos diz que, mesmo conhecendo o grau de risco presente na detenção conjunta de estudantes, presos comuns e militantes da luta armada, a ditadura sentia-se segura em relação ao controle da situação e não desejava manter uma prisão excepcional, neste caso.

Seja qual for o motivo desta exceção procedimental, o que se configura é um cenário em que Garcia pôde se defrontar com possibilidades que foram sonegadas a maior parte dos militantes da luta armada que caíram nas mãos da ditadura. Garcia tinha acesso a revistas e, ao menos, a três jornais diariamente os quais podia guardar, a uma máquina de escrever e a portar, pasmem, livros marxistas e manuais de formação do PCBR. Pôde, em plena ditadura, transcrever, dentro da prisão, manuais e documentos do Partido e ministrar cursos de formação política do PCBR, por várias vezes, para os

estudantes e para presos comuns. Recortava diariamente jornais e arquivava as notícias que lhe pareciam importantes, colando-as nas páginas de edições da revista *Veja*. Além disto, mantinha contato regular com o PCBR, participando ativamente de sua organização. O núcleo, constituído pelos militantes do PCBR detidos, votava as principais questões partidárias, enviava propostas e recebia explicações das ações do Partido:

A relação que eu tinha com o lado de fora era através de uma companheira que militava comigo quando eu caí. Como eu não falei, ela pôde ficar na coordenação dos trabalhos no meu lugar. Mas pra ela vir me visitar não dava. Aí o que nós fizemos, eu falei com o Cabral, João Bonifácio Cabral, grande amigo, hoje em dia é diretor da Itaipu Internacional, ele não era do PCBR, era presidente do Centro Acadêmico de Direito da PUC. A companheira que tocava o PCBR não podia me visitar, ninguém podia me visitar a não ser minha mulher, nem meu pai ia me visitar, o cara que me visitasse eles iam atrás. Aí o que nós fizemos, fizemos o Cabral noivar com ela, aí eles usavam umas alianças. Ela vinha no parlatório, falava com o Cabral, recebia as minhas informações, passava as informações do PCBR, o Cabral passava pra mim, era assim que funcionava (GARCIA, 2008).

A queda de parte do CC nacional, em janeiro de 1970, acabou com a possibilidade de comunicação, até porque, rigorosamente, não havia mais com quem se comunicarem, todas as principais lideranças estavam presas. Mesmo com o novo processo de investigação, durante o qual Garcia foi retirado, por vários dias, do Ahu para ser torturado no Quartel de Obuses, e após a confirmação da participação em ações militares e na organização do PCBR, ele foi devolvido ao presídio do Ahu. Se até agora ele não sofria uma detenção privada, porque acreditavam que seu crime era só o planejamento de um assalto, a notícia de que se tratava de um militante da luta armada é contemporânea do desmonte total da estrutura desta luta. Se antes ele não parecia ter relações com a guerrilha e por isto podia ficar com os outros presos, agora sua ligação e participação eram sabidas, mas a guerrilha não existia mais, o que permitiu a manutenção da situação prisional. Embora a oportunidade de comunicar-se com os de fora tenha tido fim, as possibilidades internas da prisão se mantiveram, os arquivos, os cursos e as transcrições prosseguiram até abril de 1972, quando Garcia obteve sua transferência para Blumenau, onde cumpriu o último ano de sua pena. Foi libertado no dia 14 de abril de 1973.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte da história de nosso personagem fala de esmagamento, quatro anos de prisão, infinitas sessões de tortura, precariedade material, ameaças aos familiares. Outros elementos da narrativa, e dos documentos, dizem que isto não é tudo. A trajetória de José Garcia também fala de frestas e da habilidade em explorá-las. De um sistema que, por humano, não era monolítico nem monocromático. O homem que foi torturado teve acesso, dentro da prisão, a jornais. Recortou, catalogou, sublinhou, arquivou todas as notícias que ele considerava relevantes, construiu um arquivo, datilografou, redigiu, transcreveu manifestos e manuais de formação, copiou livros, deu cursos de formação e manteve contato com o Comitê Central. O homem e suas condições criaram, neste caso, uma possibilidade de ação histórica, não singular, mas rara. O sistema coercitivo, por conta de suas irregularidades, estruturais e procedimentais, oportunizou ao encarcerado manter suas relações com o PCBR e construir um arquivo que resgata parte da história da luta armada brasileira. As frestas e irregularidades do sistema carcerário e dos processos de interrogatório, geridos pela ditadura, na quinta região militar, saltam aos olhos, tanto na entrevista quanto nos documentos que me foram entregues. Antevejo que esta é uma das maiores possibilidades da fonte. A importância da análise biográfica na compreensão das fissuras dos sistemas autoritários nos é proposta por Levi:

Evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis. Talvez seja apenas uma nuance, mas me parece que não se pode analisar a mudança social sem que se reconheça previamente a existência irreduzível de uma certa liberdade vis-à-vis as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação (LEVI. 2005:180).

Ao mesmo tempo em que expõe uma prática diversa possível em determinado tempo à trajetória, também demonstra como contingências, materialidades e grandes movimentos de determinado período histórico condicionam violentamente a ação do personagem. A trajetória que vimos aponta ao menos duas grandes variações em relação às regularidades do tempo. Primeiro, a já constatada irregularidade da estrutura coercitiva da ditadura, tanto na perspectiva temporal, quanto na espacial. A segunda

uma variação de matizes na própria esquerda que oportuniza um alto, e perigoso, grau de autonomia ao militante, o que acaba por diversificar práticas e posturas.

De mensageiros do CC do PCBR que militavam em outras forças, passando por redes de solidariedade que incluíam setores diversos, e por vezes conflitantes, da esquerda, ao apartamento de Garcia sendo limpo das evidências, no dia de sua prisão, por um velho camarada do PCB que sequer concordava com a luta armada, temos ações que acontecem a contrapelo do que se costuma imaginar como comum dos tempos. De todas as coisas perceptíveis a partir desta história, a mais flagrante é a irregularidade dos sistemas humanos, é a compreensão das fragilidades do que parece invencível e das forças e possibilidades que por vezes se manifestam, e são aproveitadas pelos de baixo.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI – Ato Institucional

CC – Comitê Central

IPM – Inquérito Policial Militar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PSP – Partido Social Progressista

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil: nunca mais. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio:** a história do serviço secreto brasileiro, de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARCIA, José dos Reis. Depoimento: setembro, 2009. Entrevistador: Eder Alexandre Martins. Itapema: FURB, 2009.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática:** a repressão no Paraná. Curitiba, Editora Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e Abusos da História Oral.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.